

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2016

Nome: _____ N. de inscrição: _____

Assinatura: _____

Opção de turno para realização de estágio: _____

1. Nesta prova constam 20 (vinte) questões objetivas e 02 (duas) questões discursivas. Confira antes de iniciá-la.
2. Não é permitido qualquer tipo de consulta.
3. Esta é a única **folha de respostas** para marcação das questões objetivas onde não serão computadas aquelas com rasuras.
4. Tempo de duração da prova: 3h (três horas).
5. Será permitido ao candidato levar este caderno de questões, após a entrega, ao fiscal autorizado, desta folha de respostas e das duas últimas folhas com as respostas das questões discursivas.
6. A divulgação do gabarito da parte objetiva está prevista para o dia 11/07/2016, a partir das 17 horas, no endereço eletrônico <http://portal.trf1.jus.br/sjma/concursos/estagios/estagios.htm>.

1	(A)	(B)	(C)	(D)
2	(A)	(B)	(C)	(D)
3	(A)	(B)	(C)	(D)
4	(A)	(B)	(C)	(D)
5	(A)	(B)	(C)	(D)
6	(A)	(B)	(C)	(D)
7	(A)	(B)	(C)	(D)
8	(A)	(B)	(C)	(D)
9	(A)	(B)	(C)	(D)
10	(A)	(B)	(C)	(D)
11	(A)	(B)	(C)	(D)
12	(A)	(B)	(C)	(D)
13	(A)	(B)	(C)	(D)
14	(A)	(B)	(C)	(D)
15	(A)	(B)	(C)	(D)
16	(A)	(B)	(C)	(D)
17	(A)	(B)	(C)	(D)
18	(A)	(B)	(C)	(D)
19	(A)	(B)	(C)	(D)
20	(A)	(B)	(C)	(D)

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2016

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2016

1. Julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos Juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição é atribuição do:

- a) Tribunal de Justiça do Estado respectivo da federação
- b) Tribunal Regional Federal
- c) Tribunal Regional do Trabalho
- d) Tribunal Superior Federal

2. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se no mínimo de:

- a) 7 Juízes
- b) 8 Juízes
- c) 9 Juízes
- d) 12 Juízes

3. Em relação à CAPACIDADE PROCESSUAL, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre indispensável.
- b) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte autora, deve o juiz de imediato extinguir o processo.
- c) Nas ações que versem sobre direito real imobiliário, ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a demanda, salvo quando casados no regime de separação absoluta de bens.
- d) Em regra, o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, não sendo admitido o suprimento judicial quando negado por um dos cônjuges, ainda que sem justo motivo.

4. A respeito dos institutos da CONEXÃO e da CONTINÊNCIA, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) No âmbito do processo civil, em geral reputam-se conexas demandas que possuam identidade de algum dos seus elementos objetivos (pedido ou causa de pedir).
- b) Encontra-se caracterizada a continência entre 2 (duas) ou mais demandas quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- c) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- d) A conexão é fato jurídico processual que normalmente produz o efeito jurídico de determinar a modificação da competência relativa, razão por que somente o réu poderá suscitar a questão, que não poderá ser conhecida de ofício pelo juiz.

5. Em relação à COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réas, assistentes ou oponentes, inclusive as de falência.
- b) Segundo entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, a decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual.
- c) As causas que envolvam conselho de fiscalização profissional são, em regra, da competência da Justiça Federal.
- d) A Justiça Federal é incompetente para processar e julgar ações previdenciárias por acidente de trabalho ajuizadas contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

6. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário n. 631.240/MG, em sede de repercussão geral, assentou entendimento no sentido de que é necessário, como regra geral, o requerimento administrativo antes do ajuizamento de ações de concessão de benefícios previdenciários. Sobre os fundamentos jurídico-processuais do julgamento do STF, assinale a única alternativa correta.

- a) O STF concluiu que a inexistência de prévio requerimento administrativo liga-se à ausência de interesse processual, sob o aspecto da necessidade.
- b) O entendimento assentado pelo Supremo Tribunal Federal viola o princípio da inafastabilidade da jurisdição, segundo o qual a parte tem sempre direito a uma decisão judicial de mérito.
- c) Para o STF, a inexistência de prévio requerimento administrativo implica a ausência de pressuposto processual negativo, qual seja, a coisa julgada administrativa.
- d) A falta de prévio requerimento administrativo de concessão de benefício previdenciário implica a extinção do processo judicial sem resolução de mérito, já que ausente um dos elementos da ação, qual seja, a causa de pedir.

7. Falecendo o advogado do autor, o juiz, tomando conhecimento do fato, deverá:

- a) ordenar o prosseguimento do feito, designando curador especial para atuar em defesa dos interesses do autor e marcando, desde logo, audiência de instrução e julgamento.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2016

- b) determinar a intimação do autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, constituir novo procurador, advertindo-o de que, na hipótese de não atendimento, o processo será extinto sem resolução de mérito.
- c) determinar a intimação do autor para, em até 48 (quarenta e oito) horas, constituir outro procurador, sob pena de, não o fazendo, proferir sentença de improcedência do pedido.
- d) ordenar a suspensão do feito pelo prazo máximo de 1 (um) ano, após o qual o processo prosseguirá à revelia do autor, caso ele não constitua novo mandatário.

8. Já na vigência do Código de Processo Civil de 2015, Antonio ajuizou ação indenizatória contra a União, atribuindo à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Após o insucesso na audiência de conciliação, a ré apresentou contestação, em que refutou todas as alegações do autor e requereu a improcedência total do pedido. Nesse caso:

- a) Tendo em vista que a União pugnou pela improcedência do pedido, o Antonio poderá, até a prolação da sentença, apresentar pedido de desistência da ação, que será homologado independentemente da anuência da parte contrária.
- b) A extinção do processo por abandono de causa pelo autor independerá de requerimento da União.
- c) Julgado totalmente procedente o pedido, a sentença só produzirá efeitos após sua confirmação pelo respectivo Tribunal Regional Federal, caso em que, não havendo interposição de recurso voluntário, deverá ser determinada de ofício a remessa necessária.
- d) A não aplicação de enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal invocado na contestação dependerá da demonstração de sua distinção para o caso concreto em julgamento.

9. Julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I- A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, porém não prejudica terceiros.
- II- Apenas os motivos determinantes ao alcance da parte dispositiva da sentença fazem coisa julgada.
- III- Desde que não operada a preclusão, as partes poderão discutir no curso do processo questões já decididas.
- IV- Toda sentença produz coisa julgada material, mas não a coisa julgada formal.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

10. Acerca do Mandado de Segurança, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É cabível sua impetração contra ato de gestão comercial praticado por administrador de concessionária de serviço público.
- b) Caso o juiz de primeiro grau indefira a inicial ou denegue a liminar requerida, a parte prejudicada poderá interpor o recurso de apelação.
- c) Mesmo que a decisão denegatória não tenha apreciado o mérito, pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial.
- d) Caso o pedido seja julgado procedente (concessão da segurança), deverá ser observado obrigatoriamente o duplo grau de jurisdição (remessa necessária), independentemente do valor atribuído à causa.

11. A respeito do Inquérito Policial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nos termos do art. 10 do CPP, o inquérito policial deve ser finalizado no prazo máximo de 30 dias, se o acusado estiver preso.
- b) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito policial não poderá ser iniciado de ofício, exigindo-se, para tanto, a requisição da autoridade judicial ou do Ministério Público.
- c) O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.
- d) Na ação penal pública incondicionada, o inquérito policial poderá ser instaurado a partir de Auto de Prisão em Flagrante.

12. Assinale a opção CORRETA:

- a) Conforme o texto do art. 394, §1º, do CPP, o procedimento comum será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 2 (dois) anos de pena privativa de liberdade.
- b) É causa de absolvição sumária do acusado a existência manifesta de causa excludente de culpabilidade do agente, inclusive no caso de inimizabilidade.
- c) No procedimento comum ordinário, na instrução, poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa. Nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.
- d) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2016

13. Acerca do procedimento comum ordinário, no âmbito do direito processual penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A denúncia será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- b) O interrogatório do acusado é o primeiro ato da audiência de instrução e julgamento.
- c) Na hipótese de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.
- d) O acusado preso será requisitado para comparecer ao interrogatório, devendo o poder público providenciar sua apresentação.

14. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o sistema penal brasileiro:

- a) A infração penal é praticada no momento em que ocorre o resultado, independentemente do momento da ação ou omissão do agente.
- b) A infração penal é praticada no lugar em que ocorre a ação ou omissão do agente, no todo ou em parte, bem como onde se produz ou deveria produzir-se o resultado.
- c) A lei penal brasileira adotou a teoria da ubiquidade, no que concerne ao tempo do crime.
- d) A lei penal brasileira adotou a teoria da atividade, no que concerne ao lugar do crime.

15. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o sistema penal brasileiro:

- a) A ocorrência do instituto da prescrição implica extinção da punibilidade do agente.
- b) A autoria colateral e o concurso de agentes independem de liame subjetivo.
- c) A vigência de lei posterior, que não mais considera o fato como criminoso, não implica, em regra, extinção da punibilidade do agente.
- d) A superveniente morte do agente, mesmo que com prova cabal nos autos, não implica, necessariamente, extinção da punibilidade.

16. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com o sistema penal brasileiro:

- a) O crime de estelionato é tipicamente infração praticada contra a Administração e independe de dolo na conduta do agente.
- b) O crime de moeda falsa é praticado em detrimento da fé pública e, para sua configuração, independe da qualidade da contrafação do papel-moeda.
- c) O crime de roubo é considerado hediondo, seguido ou não de morte.
- d) O delito de peculato admite as formas dolosa e culposa.

17. O Regime Geral de Previdência Social - RGPS dispensa a carência para a obtenção de diversos benefícios e serviços. Com base na Lei 8.213/91 e suas posteriores alterações, assinale a alternativa incorreta:

- a) Salário-maternidade para a segurada trabalhadora avulsa e para a empregada doméstica dispensa o cumprimento de período de carência.
- b) A reabilitação profissional independe de carência.
- c) A concessão do auxílio-reclusão e do auxílio-acidente independe de carência.
- d) Na pensão por morte não há dispensa do período de carência, sendo obrigatório o recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais.

18. André reside no Município de Timon/MA (aproximadamente 15 km de Teresina/PI e 67 km de Caxias/MA), que dispõe de Comarca da Justiça Estadual, mas não é sede de Vara Federal, estando vinculado à competência da Subseção Judiciária de Caxias/MA. O juizado Especial Federal mais próximo é o de Teresina/PI. Considerando a situação descrita, analise as assertivas seguintes, assinalando a incorreta:

- a) Caso André ajuíze ação acidentária, decorrente de acidente de trabalho, eventual recurso será dirigido ao Tribunal de Justiça do Maranhão.
- b) Pretendendo ajuizar ação previdenciária de valor superior a sessenta salários mínimos, André poderá se dirigir à Vara Federal de Caxias/MA ou de São Luis/MA, segundo entendimento sedimentado do STF.
- c) Se André pretender ajuizar ação previdenciária de valor inferior a sessenta salários mínimos, poderá se deslocar ao Juizado Federal de Teresina, segundo entendimento consolidado do STF, por ser o mais próximo de onde reside.
- d) Caso André pretenda ajuizar ação previdenciária, em valor não superior a sessenta salários mínimos, poderá se dirigir à Vara Federal da Subseção de Caxias/MA.

19. Segundo a atual jurisprudência do STF e STJ, indique o item correto.

- a) A concessão do benefício previdenciário de pensão por morte aos dependentes do segurado deve ser disciplinada pela legislação em vigor ao tempo do requerimento administrativo junto ao INSS.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2016

b) Na verificação dos requisitos legais necessários à concessão do Amparo Assistencial, previsto na Lei 8.742/93, o benefício, previdenciário ou assistencial, percebido por idosos ou deficientes, até o valor de um salário mínimo, não deve ser computado para fins de cálculo da renda *per capita* familiar.

c) A prova testemunhal, em regra, é suficiente à comprovação da atividade rural exercida pelo Segurado Especial para fins de aposentadoria por idade, uma vez que gera presunção *iuris tantum*.

d) Para ter direito à aposentadoria especial basta a mera possibilidade de exposição do trabalhador ao agente nocivo à saúde, assim, mesmo havendo Equipamento de Proteção Individual – EPI capaz de neutralizar a nocividade da atividade desenvolvida, em regra, permanecerá o direito do Segurado.

20. A Lei n.º 11.419/2006 ampliou o uso de meios eletrônicos nos processos judiciais. O processo em que se usa o meio eletrônico na comunicação de atos deverá seguir a seguinte regra:

a) Considera-se como data da publicação o dia imediatamente seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico e os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que se seguir ao considerado como data da publicação.

b) A carta de ordem, carta precatória ou carta rogatória não poderão ser expedidas por meios eletrônicos, haja vista a necessidade de assinatura física pelo Juiz e ainda devido à solenidade que tais atos requerem.

c) Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 18 (dezoito) horas do último dia, por ser o horário de encerramento das atividades da Secretaria Judicial.

d) Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico e os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que se seguir ao considerado como data da publicação.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2016

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2016

GABARITO DA PROVA REALIZADA EM 10/07/2016

QUESTÃO	OPÇÃO CORRETA
1	B
2	A
3	C
4	D
5	A
6	A
7	B
8	D
9	B
10	D
11	D
12	C
13	B
14	B
15	A
16	D
17	D
18	C
19	B
20	D